POLÍTICA, POLÍTICA ECONÔMICA E EDUCAÇÃO: OBSERVAÇÕES E ALGUMAS IMPLICAÇÕES.

POLICY, ECONOMIC POLICY AND EDUCATION: OBSERVATIONS AND SOME IMPLICATIONS

José Roberto de Araújo Fontoura<sup>1</sup>

Marcos Pessoa Pinto<sup>2</sup>

**RESUMO** 

O presente artigo trás observações acerca de política, política econômica e educação, nele procuramos traçar um paralelo sobre alguns tópicos necessários e obrigatórios como elementos introdutórios sobre as correlações entre decisões de política e política econômica, investimento público e resultados alcançados na educação após o transcorrer de determinado espaço temporal, procuramos também aqui trazer à baila algumas outras correlações que nos ajudam a sustentar o argumento das ideias apresentadas, por fim, mas não menos importante, trazemos também no texto o seu objetivo que é discutir política, política econômica apresentar um dos exemplos existentes no nosso país sobre decisões políticas, talvez o mais promissor de todos, o de uma cidade brasileira localizada na região nordeste do Brasil, especificamente no interior do Ceará, que tem executado de forma bastante assertiva esse tipo de ação.

Palavras-chave: Política. Política Econômica. Educação.

**ABSTRACT** 

This article brings observations about politics, economic policy and education, in which we seek to draw a parallel on some necessary and mandatory topics as introductory elements on the correlations between policy decisions and economic policy, public investment and results achieved in education after the lapse of given time frame, we also try to bring up some other correlations here that help us to support the argument of the ideas presented, last but not least, we also bring in the text its objective, which is to discuss politics, economic policy, present one of the examples existing in

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Doutorado em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia, Brasil (2014) Trabalha na Universidade do Estado da Bahia, Brasil.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Especialização em Novas Tecnologias no Ensino da Matemática pela Universidade Federal Fluminense, Brasil (2016) PROFESSOR DE FISICA do COLEGIO ESTADUAL VITOR SOARES, Brasil.

our country on political decisions, perhaps the most promising of all, that of a Brazilian city located in the northeast region of Brazil, specifically in the interior of Ceará, which has implemented this type of action quite assertively.

**Keywords:** Policy. Economic Policy. Education.

# 1 INTRODUÇÃO

Um dos conceitos mais complexos de definir sob os diversos pontos de vista existentes é o de política, se observarmos esse conceito sob o ponto de vista econômico o viés será um, caso a perspectiva seja sociológica o viés se apresentará de forma diversa. As perspectivas são muitas e as mais diversas, precisamos direcionar nosso olhar para sabermos qual ou quais caminhos seguir na direção que precisamos.

É um conceito que presume-se escorregadio, pra dizer o mínimo, quando tenta-se articular o seu uso em quaisquer que sejam as direções, concordamos, sobre o tema, com Colliot-Thélène (1999):

É evidentemente arriscado comprometer-se com uma determinada definição de politica, mesmo que essa definição seja limitada à compreensão moderna do que politica quer dizer. Esse conceito é ele mesmo objeto de discussão, discussão na qual se reflete a diversidade de abordagens e tradições que contribuíram para a redação dos textos do corpus da Filosofia Política ou da teoria política moderna. Entre Hegel e Tocqueville, os filósofos contratualistas e Marx, Rousseau e Hannah Arendt, as divergências não dizem respeito tão somente às respostas que seriam dadas a um conjunto de questões sobre as quais existiria concordância geral

Adentrando no tema e Buscando na literatura uma perspectiva mais ampla sobre o que é política encontramos um conceito desenvolvido por uma das autoras citada por Colliot-Thélèn, Arendt (2000):

A política baseia-se na pluralidade dos homens. Deus criou o homem, os homens são um produto humano mundano, e produto da natureza humana. A filosofia e a teologia sempre se ocupam do homem, e todas as suas afirmações seriam corretas mesmo se houvesse apenas um homem, ou apenas dois homens, ou apenas homens idênticos. Por isso, não encontraram nenhuma resposta filosoficamente válida para a pergunta: o que é política? Mais, ainda: para todo o pensamento científico existe apenas o homem — na biologia ou na psicologia, na filosofia e na teologia, da mesma forma como para a zoologia só existe o leão. Os leões seriam, no caso, uma questão que só interessaria aos leões.

A partir da leitura do excerto acima podemos depreender que a política irá acontecer onde existir ao menos um par de seres humanos, as perspectivas podem ser

as mais diversas, tudo irá depender do jogo de forças existentes ou do entendimento entre os pares. No contexto a que se propõe descrever deve-se observar política, também, sobre o viés da política econômica.

Política econômica pode ser entendida como uma série de ações governamentais que tem focos específicos, entretanto como nos diz o prof. Carlos Lessa (1998): O esforço por apreender o debate conceitual sobre política econômica certamente cometerá injustiças em algum enquadramento particular.

Nesse sentido o desenvolvimento do presente texto certamente incorrerá em algum viés, o que não inviabiliza a discussão em qualquer rumo que ele venha a se apresentar. Quando tratamos de seres humanos e de política espera-se que exista um desenrolar de ideias e confrontos das mesmas até que se consiga chegar ao consenso geral ou ao mais próximo disso.

As ideias e os argumentos irão fluir no sentido de que se possa convencer àqueles que estão em desalinho com o pensamento, o desejo, quiçá a vontade de um indivíduo ou grupo que necessite se estabelecer como quem irá delinear e direcionar as pautas da política.

Faz-se necessário dizer que assim como acontece na física de partículas, especificamente o princípio da incerteza de Heisenberg, elaborado em 1927, onde quanto maior for sua certeza sobre sua posição menor será a certeza sobre seu momento, tudo se baseará sempre em probabilidade, logo, traçando um paralelo sobre as vontades, os desejos, os pensamentos e também os argumentos pode-se entender que são correlatos àquele conceito, torna-se difícil senão impossível que antecipemos todos os detalhes do desenrolar de uma decisão, principalmente no campo da política em virtude da incerteza.

São resultados que podem tomar diversos caminhos, exatamente como o faz uma partícula da física atômica, é tudo sempre muito aleatório e algumas vezes probabilístico. E isso pode ser entendido como um dos pactos que a humanidade desenvolve no seu íntimo, decide-se algo sem ter a exata noção do que irá acontecer doravante, presumimos isso após a leitura do parágrafo apresentado no livro do prof. Holland (1997):

Num certo dia, na cidade de Nova Iorque, Eleanor Paterson dirige-se à sua mercearia preferida para comprar um frasco de arenques. Na sua mente não existem quaisquer dúvidas de que há lá o que quer. De fato, todos os novaiorquinos consomem grandes quantidades de alimentos de vários tipos sem nunca se preocuparem com a continuidade dos fornecimentos. E não se trata

apenas de uma convicção nova-iorquina; os habitantes de Paris, de Deli, de Xangai ou de Tóquio partilham a mesma expectativa. Trata-se de uma espécie de magia que toda gente dá por adquirida. Contudo, estas cidades não possuem comissões centrais de planejamento para resolverem os problemas de compra e distribuição de alimentos. Também não tem reservas suficientes para fazerem face a flutuações; a comida total armazenada duraria menos de uma ou duas semanas se fossem cortados os fornecimentos diários. Como é que estas cidades evitam variações devastadoras entre a falta e o excesso, ano após ano, década após década?

Assim o viés econômico que precisamos observar aqui é o da política econômica do Brasil e seus possíveis impactos na educação. Utilizando como um dos elementos fundantes a experiência de Sobral no Ceará e a resenha do livro Politica econômica, estagnação e crise mundial: Brasil, 1980- 2010. Naquela resenha Oliveira observa que passamos por muitas crises e desafios, que durante as primeiras décadas do século XX o crescimento do Brasil chegava à seis por cento ao ano, e em algum momento chegou a quinze por cento, a experiência de Sobral descreveremos a posteriori.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente artigo utiliza estritamente a pesquisa bibliográfica como suporte as argumentações, discussões e posicionamentos, todos os artigos e livros utilizados estão referenciados de acordo com a norma vigente no nosso país.

# 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 Política Econômica

O comparativo entre o Brasil com a Coréia do Sul ou com a República Popular da China (RPC) do ponto de vista educacional nos leva a raciocinar sobre os modelos econômicos escolhidos aqui nesse país e os impactos que possivelmente desaguaram na educação.

Se buscarmos na literatura, a década de oitenta do século passado é considerada para o Brasil como a década perdida, segundo HOMETTO et al (1995).

O PIB per capita, que de 1970 a 1980 vinha se expandindo à taxa média de 6,1% a.a., diminui 13% entre 1980 e 1983. A tímida recuperação apresentada no período de 1984-89 leva o valor desse indicador apenas a retornar aos níveis observados 11 no início da década , de forma que se populariza a idéia de que os anos oitenta se constituíram para a economia brasileira, na "década perdida".

Quando observamos o mesmo fenômeno ocorrendo na Coréia do Sul temos uma diferenciação de abordagens e resultados econômicos como os delineados por LIMA(2017).

A Coreia do Sul apresentou alto e rápido crescimento econômico entre os anos 1960 e 1980. Essa expansão econômica esteve associada a um upgrading em seu parque industrial, assim como uma forte inserção no comércio internacional a partir dos anos 1970. A conjunção dessas transformações promoveu mudanças estruturais profundas, fazendo com que a Coreia passasse a ser um país visto como referencial de desenvolvimento econômico para outros países em desenvolvimento. As razões e origens do chamado "sucesso" coreano foram objeto de amplo debate, destacando-se principalmente: autores da escola neoclássica; defensores da corrente "heterodoxa endogenista; e a corrente do cenário externo favorável.

Quando o elemento de comparação é a RPC a distância se torna ainda maior, observando o que nos lega NONEMBERB (2010)

Não constitui nenhuma novidade o fabuloso desempenho econômico da China desde as reformas iniciadas por Deng Xiaoping em 1978. Neste período, o PIB apresentou um crescimento real médio anual de 10% - que se compara com uma taxa de 3,7% para o período 1960-1977 -, ao mesmo tempo em que a inflação, na média, foi de 6% ao ano. Esse crescimento foi um dos fatores por trás da gigantesca redução da pobreza. Segundo o PNUD, apenas entre 1990 e 2002, o número de chineses com rendimento abaixo de US\$ 1,00/dia caiu de 490 milhões para 88 milhões. O PIB per capita (PPP) cresceu quase dez vezes entre 1978 e 2004, de acordo com o Center for International Comparisons of Production, Income and Prices, da Universidade da Pennsylvania. De acordo com dados do PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da China passou de 0,53 em 1975 para 0,78 em 2006. O grau de urbanização também foi impressionante. A população urbana, que representava cerca de 18% do total em 1978, passou a quase 44% em 2006.

Em que ponto a política, política econômica e auto organização se combinam? Partindo da definição de Arendt a política é essencialmente uma construção da humanidade, é necessário a existência de interações humanas para que exista a política, é em geral entendida como a "média" dos valores que a sociedade entende e aceita como boa para todos.

A política econômica acompanha esse movimento, da política, no sentido em que é uma ideia aceita pela sociedade como o melhor para todos os integrantes, as escolhas dessa política podem encaminhar um país para o desenvolvimento tanto tecnológico quanto financeiro.

A auto organização vem também a reboque desses dois anteriores, a política e a política econômica, serve ela para confirmar que os resultados alcançados pelas escolhas de um governo irão impactar, inclusive, no crescimento social de uma geração.

Onde a auto organização confirma esses resultados ? É um processo que nos apresenta complexo em virtude de ser ele a presença constante das interações sociais, onde as discussões sobre o que seria mais apropriado para o todo "nascerá" da dinâmica entre os grupos.

Espera-se que a dinâmica entre os grupos conduzirá a desenvolver uma melhor escolha para a sociedade, o aprendizado pode tornar-se constante, explicados pelos fatos históricos, daí também poderá surgir a política econômica que norteará o crescimento econômico do país. É basicamente considerado um sistema complexo onde a adaptação interna de cada parte influencia o todo.

## Observemos o que nos diz Clark (2008)

As políticas econômicas podem ser desenvolvidas tanto pelos poderes públicos quanto pela iniciativa privada. Invariavelmente elas se interpenetram e se sujeitam aos planos. No caso das efetuadas pelo Estado, são ações coordenadas, ditadas por normas jurídicas, pelas quais os órgãos públicos atuam na vida econômica presente e futura, e automaticamente nas relações sociais, em busca, hipoteticamente, da efetivação dos comandos da Constituição Econômica. Em síntese, política econômica estatal é um conjunto de decisões públicas dirigidas a satisfazer as necessidades sociais e individuais, com um menor esforço, diante de um quadro de carência de meios. É, ainda, uma das espécies do gênero políticas públicas.

Essa vinculação de política econômica e educação presume-se ser de uma importância surpreendente haja vista os resultados alcançados por algumas comunidades em virtude de decisões tomadas.

### 3.2 Educação

Os investimentos públicos em educação parece ter uma vinculação muito estreita entre o crescimento econômico do país e o grupo político dominante. O avanço na posição econômica é algo que apresenta gerar uma folga financeira e o seu posterior investimento na promoção do incentivo educacional e tecnológico pode estar atrelado aos interesses de quem domina a política do momento.

Os investimento privados em educação são consideradas uma alternativa viável e necessária para o desenvolvimento intelectual e tecnológico de uma população,

e alguns grupos educacionais privados fizeram e fazem a diferença em diversos países, quiçá diversas regiões dos mesmos.

Vamos utilizar o excerto no artigo de Viana (2010)

Para Almeida e Pereira (2000), a melhoria do nível de educação ou de habilidades dos trabalhadores, adquiridas por meio de treinamento ou de conhecimentos específicos, são fatores importantes para o crescimento econômico. Para os autores, a inserção do capital humano no espaço geográfico têm sido um dos principais métodos, politicamente utilizados, para a redução da pobreza e dos diferenciais de renda. Assim, além da redução das desigualdades sociais, o capital humano é um importante dispositivo para amenizar as disparidades regionais, homogeneizando o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico entre regiões.

Baseado no que artigo acima expõe podemos entender que o investimento em educação pode levar ao crescimento econômico, uma outra perspectiva a ser observada é que o crescimento econômico pode levar a um investimento maior em educação, logo uma coisa pode desaguar em outra, essa última é uma questão de política econômica. Tudo faz parte do que buscamos nas afirmações de Arendt: A política baseia-se na pluralidade dos homens

Para além da política temos que observar o desenvolvimento do raciocínio de Freire (2003, p.40) afirma que "A educação é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática", essa epistemologia pode nos conduzir a uma infinidade de raciocínios, dentre eles a de que um conhecimento que tenha como finalidade precípua dar um retorno social, certamente, nos leva a deduzir que o investimento em educação é um elemento que pode conduzir à mudança de mentalidade e comportamento de um povo.

A coerência do argumento de outros autores como Saviani, que coadunam com o raciocínio acima, só aumentam a confiança daqueles que entendem que investir em educação é uma saída para uma nação, e a decisão de investimento em política educacional a partir do entendimento da política econômica melhora ainda mais essa confiança, observemos o que nos diz FAVORO (2016):

Numa entrevista concedida em 2005, quando situou o país em relação à economia mundial, argumentou a favor de sua proposta do PNE, que incluía o aumento dos investimentos do produto interno bruto (PIB) em educação para 8%. Saviani (2010a) explicou que ela não resolveria todos os problemas da educação brasileira, mas era um pressuposto para iniciar as soluções.

Como explana no texto, educação não resolve todos os problemas mas é um pressuposto para iniciar as soluções, concordamos com o autor no que diz respeito ao início daquilo que podemos entender como soluções quando atreladas a educação.

Compreende-se que pode existir uma correlação direta entre os investimentos feitos no desenvolvimento da educação, tanto investimentos na estrutura quando no desenvolvimentos dos indivíduos que militam na educação, a correlação de que melhorando um a qualidade do outro tende a melhorar.

São decisões políticas que impactam nesses resultados, decisões da política econômica de investir na educação pode desaguar no aumento da qualidade e da quantidade de indivíduos preparados para o embate diário da vida cotidiana.

O Brasil tem alguns bons exemplos de política voltada para a educação e resultados positivos, podemos citar o caso da cidade de Sobral no Ceará, no passado houve investimentos nessa área e hoje é considerada uma das cidades mais bem colocadas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Se observarmos o que aconteceu lá pode ser replicado, depende do accountability, ou responsabilização de agentes envolvidos no processo educacional, depende de decisões de ordem política econômica, de política local e também de muito planejamento.

#### 4 CONCLUSÃO

Podemos concluir no presente texto que a política é a fonte geradora dos pressupostos iniciais para se chegar a uma solução, necessário se faz que haja interação entre os pares, que também exista a boa intenção, visto que não necessariamente todos que entram em um embate públicos estão eivados de boas intenções.

As decisões políticas devem seguir no sentido de entendimento do que é melhor para o grupo em vez de privilegiar apenas uma pequena parcela de "afortunados", devem elas ter em mente que se só uma pequena parcela se beneficiar a totalidade estará sujeita ao fracasso.

As decisões políticas locais são importantes para um planejamento mais ampliado, e deve impactar nas decisões de políticas globais, é esse o sentido das representações: buscar o melhor para o grupo, muito embora não seja isso que estamos observando a algumas décadas no nosso país.

O direcionamento político central necessita se planejar para decidir quais caminho devem ser trilhados baseados na necessidade e nas decisões locais, para que todos sejam atendidos, logo quando do planejamento das políticas econômicas deve-se levar em conta essa finalidade.

Para muitos está claro o que está descrito na Constituição Federal de 1988 sobre investimento em educação, entretanto o que tem chegado na ponta, exatamente nas escolas e universidades não é exatamente o que se esperava, mudanças necessitam ser feitas.

Com uma política econômica que privilegie a educação como pressuposto para o desenvolvimento de uma geração poderemos ter as gerações seguintes sendo privilegiadas com melhor qualidade de vida, é só observar que temos algumas iniciativas aqui mesmo no Brasil sendo executadas com êxito.

A cidade de Sobral no Ceará é apenas um exemplo e foi escolhida exatamente por ser um caso de sucesso no nordeste do país, onde muitas vezes a ideia que se tem sobre quem aqui mora é de que a preguiça, a incompetência, a falta de interesse nos estudos é o ponto principal que nos define.

Quando a oportunidade e o incentivo chegam em forma de uma política voltada para o desenvolvimento, certamente uma população atenta não deixará passar essa oportunidade. Invistamos na educação de qualidade dos nos nossos jovens hoje e teremos um resultado positivo futuro, é o que nos mostra o exemplo de Sobral.

### REFERÊNCIAS

ARENDT, HANNA, **O Que é Política**, Editora: Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

COLLIOT-THÉLÈNE, CATHERINE, **Revista De Sociologia E Política** No 12: 7-20 JUN. 1999.

CLARK, GIOVANI, Política econômica e Estado, Rev. **Estudos Avançados** 22 (62), 2008.

FAVARO, NEIDE DE ALMEIDA LANÇA GALVÃO, TUMOLO, PAULO SÉRGIO, A Relação Entre Educação E Desenvolvimento Econômico No Capitalismo: Elementos Para Um Debate, **Educ. Soc., Campinas**, v. 37, no. 135, p.557-571, abr.-jun., 2016.

FREIRE, PAULO. A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica. In: Ação Cultural para a Liberdade: e outros

escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Arquivo PDF. Disponível em: http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Ação\_Cu ltural\_p ara\_a\_Liberdade.pdf. Acesso em: 16 de novembro de 2021.

HOLLAND, JOHN, **A Ordem Oculta: Como a adaptação gera a complexidade**, Editora Gradiva, Lisboa, Portugal, 1997.

HOMETTO, ANA MARIA H. *et al*, A Economia Brasileira na Década de Oitenta e Seus Reflexos nas Condições de Vida da População, **Rev. De Saúde Pública**, 1995.

LESSA, CARLOS, **O Conceito de Política Econômica: Ciência e/ou Ideologia?**, UNICAMP, São Paulo, São Paulo, 1998.

LIMA, UALLACE MOREIRA, O debate sobre o processo de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: uma linha alternativa de interpretação, **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 26, n. 3 (61), p. 585-631, dez. 2017.

NONNEMBERG, MARCELO JOSÉ BRAGA, china: estabilidade crescimento econômico, **Revista de Economia Política**, vol 30, no 2 (118), pp 201-218, abriljunho/2010.

OLIVEIRA, FABRÍCIO AUGUSTO DE. Resenha de: **Política econômica, estagnação e crise mundial: Brasil, 1980-2010**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012 (Pensamento Brasileiro).

VIANA, GIOMAR , LIMA, JANDIR FERRERA DE, Capital humano e crescimento econômico, **INTERAÇÕES, Campo Grande**, v. 11, n. 2 p. 137-148, jul./dez. 2010.